

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento,  
Ciência, Tecnologia e Inovação****RESOLUÇÃO SEMADESC/MS N. 102, DE 27 DE MAIO DE 2025**

*Aprova a Política de Gestão de Riscos (PGR) no âmbito da SEMADESC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, e Presidente do respectivo Comitê Setorial de Compliance, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução SEMADESC n. 093, de 25 de março de 2025, e em consonância com as deliberações resultantes da 1ª Reunião Ordinária do corrente ano, realizada no dia 19 de maio de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Política de Gestão de Riscos da SEMADESC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, na forma do anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de maio de 2025.

**JAIME ELIAS VERRUCK**

Secretário de Estado (SEMADESC)  
Presidente do Comitê Setorial de Compliance da SEMADESC

**ANEXO**  
**POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS (PGR) DA SEMADESC**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente Política de Gestão de Riscos (PGR) é aplicável a todas as áreas da SEMADESC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 2º Para fins desta PGR, considera-se:

I – **Apetite a riscos:** nível de risco que um órgão ou entidade está disposto a aceitar para atingir seus objetivos;

II – **Comitê Setorial de Compliance:** colegiado de caráter deliberativo e permanente, composto pelo dirigente máximo e pelos membros da alta gestão, com competência para acompanhar a implantação e a execução da Política de Compliance Público (PCP) e realizar o monitoramento das respectivas ações.

III – **Controles internos:** normas, procedimentos e outros mecanismos para prevenir, corrigir e monitorar os riscos, a fim de garantir legalidade, eficiência e transparência nos processos.

IV – **Gerenciamento de riscos:** procedimento para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar os riscos e controles internos, a fim de aumentar a capacidade de alcance dos objetivos dos processos.

V – **Gestão de riscos:** princípios, objetivos, estrutura, competências e processos necessários para gerenciamento de riscos, a fim de aumentar a capacidade de alcance dos objetivos organizacionais;

VI – **Gestor de riscos:** servidor com responsabilidade e autoridade para coordenar o gerenciamento de riscos de um ou mais processos;

VII – **Grupo de trabalho (GT):** servidores de atuação temporária, responsáveis pelas atividades de implantação do Compliance Público;

VIII – **Monitoramento contínuo:** acompanhamento realizado pelo gestor de riscos e pelos responsáveis pelas operações dos processos;

IX – **Risco:** possibilidade de que um evento afete negativamente o alcance dos objetivos;

X – Risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar controles internos; e

XI – Risco residual: risco que ainda permanece depois da implementação de controles internos.

Art. 3º Para fins de gerenciamento de riscos, os processos serão priorizados com base na metodologia a ser disponibilizada pela Controladoria-Geral do Estado, que possui os seguintes critérios:

I – Relevância estratégica;

II – Importância, segundo o gestor;

III – Processo meio ou finalístico;

IV – Complexidade – pessoal, tecnologia, entre outros; e

V – Reclamações formais.

§1º A quantidade de processos priorizados deve ser devidamente justificada pelo Comitê Setorial de Compliance.

§2º Desde que formalmente justificado, o Comitê Setorial de Compliance poderá retirar ou incluir processos da metodologia de priorização.

Art. 4º A SEMADESC deverá realizar a Declaração de Appetite a Riscos antes do gerenciamento de riscos.

§1º O apetite a riscos deve ser considerado na elaboração da estratégia, na fixação dos objetivos e na implementação de novos controles internos.

§2º A Declaração de Appetite a Riscos deverá ser revisada na elaboração do plano estratégico ou sempre que houver mudanças significativas nos ambientes interno ou externo que legitimem a sua alteração.

Art. 5º A divulgação de informações sobre a gestão de riscos, para todos os fins, ocorrerá por meio das ações de comunicação da SEMADESC.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 6º A gestão de riscos da SEMADESC deverá observar, no que couber, os seguintes princípios da Política de Compliance Público:

I – Integridade e atuação ética orientadas pelo interesse público.

II – Prevenção.

III – Transparência ativa.

IV – Comprometimento e liderança ética da alta administração.

V – Integração da Gestão de Riscos aos processos.

VI – Melhoria Contínua.

VII – Tomada de Decisão Baseada em Evidências.

VIII – Sustentabilidade.

IX – Participação do cidadão e controle social.

Art. 7º A gestão de riscos da SEMADESC tem os seguintes objetivos:

I - aumentar a capacidade do alcance dos objetivos organizacionais e reduzir incertezas;

II - melhorar continuamente os processos organizacionais;

III - estabelecer controles internos proporcionais aos riscos, observada a relação custo-benefício;

IV - explorar as oportunidades identificadas;

V - assegurar o acesso tempestivo das informações sobre riscos aos responsáveis pela tomada de decisão; e

VI - buscar a integração da gestão de riscos com o planejamento estratégico.

### CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS, DAS RESPONSABILIDADES E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º. A gestão de riscos deverá ser implementada de forma gradual em todas as áreas da SEMADESC, com início nos processos priorizados conforme Art. 3º.

Art. 9º. O gerenciamento de riscos conterá, no mínimo, as seguintes etapas:

I – Definição do ambiente (órgão/ entidade, apetite a riscos, setor, processo, gestor de riscos, atividades e análise de ambiente do processo – SWOT);

II – Identificação de eventos de riscos (eventos de riscos, causa e consequência);

III – Identificação e avaliação dos controles existentes (inexistente, fraco, mediano, satisfatório ou forte);

IV – Cálculo do risco residual (probabilidade e impacto do risco, considerados os controles internos da gestão) e evidenciação do risco inerente (risco desconsiderados os controles internos da gestão);

V – Definição das respostas aos riscos (reduzir, compartilhar/transferir, evitar ou aceitar, considerado o apetite a riscos);

VI – Elaboração do plano de tratamento (detalhamento do controle proposto para tratar a causa e/ou a consequência do evento de risco); e

VII – Monitoramento contínuo, contendo, inclusive, a situação da implantação do controle proposto.

Parágrafo único. Durante o gerenciamento de riscos, as partes interessadas devem ser integradas e manter fluxo constante de informações entre si.

Art. 10. São partes interessadas do processo de Gerenciamento de Riscos:

I – Comitê Setorial de Compliance;

II – Grupo de Trabalho (GT);

III – Unidade Setorial de Controle Interno; e

IV – Gestor de Riscos.

Art. 11. No âmbito da Gestão de Riscos, compete ao Comitê Setorial de Compliance:

I – promover ampla discussão sobre as estratégias relacionadas à gestão de riscos e as ações para sua implementação;

II – direcionar o estabelecimento, a manutenção e o aprimoramento da gestão de riscos;

III – monitorar bimestralmente a gestão de riscos;

IV – disponibilizar recursos e promover a integração entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo dos servidores;

V – incentivar o alinhamento da gestão de riscos aos padrões de ética e de conduta;

VI – indicar servidores para o GT, que, preferencialmente, tenham conhecimento de gestão de riscos e dos processos da Unidade;

VII – aprovar o cronograma das etapas de implantação da gestão de riscos;

VIII – aprovar as revisões desta Política de Gestão de Riscos;

IX – aprovar a identificação e a proposta de priorização de processos para o gerenciamento de riscos;

X – indicar gestor de riscos, que, preferencialmente, tenham conhecimento de gestão de riscos e dos processos da Unidade;

- XI – aprovar a Declaração de Appetite a Riscos e suas revisões;
- XII – aprovar os Planos de Tratamento e os respectivos Mapas de Riscos;
- XIII – supervisionar a atuação das demais instâncias da gestão de riscos;
- XIV – dirimir conflitos de atuação na gestão de riscos;
- XV – incentivar o acompanhamento dos resultados da gestão de riscos por meio de indicadores, entre outros; e
- XVI – expedir resoluções no âmbito da gestão de riscos.

Art. 12. No âmbito da Gestão de Riscos, compete ao GT:

- I – propor o cronograma das etapas de implantação da Gestão de Riscos;
- II – autoavaliar a maturidade da Gestão de Riscos;
- III – propor a política de Gestão de Riscos; e
- IV – propor a Declaração de Appetite a Riscos;
- V – identificar processos e elaborar proposta de priorização de processos para o gerenciamento de riscos.

Art. 13. No âmbito da Gestão de Riscos, compete à Unidade Setorial de Controle Interno:

- I – coordenar o gerenciamento de riscos realizados pelos gestores de riscos;
- II – acompanhar o monitoramento contínuo realizado pelos gestores de riscos.
- III – sugerir capacitações sobre Gestão de Riscos para servidores da instituição;
- IV – propor as revisões da Política de Gestão de Riscos do órgão;
- V – propor as revisões da Declaração de Appetite a Riscos do órgão; e
- VI – apoiar os gestores de riscos no gerenciamento e monitoramento dos riscos.

Art. 14. No âmbito da gestão de riscos, compete ao gestor de riscos:

- I – realizar o gerenciamento de riscos dos processos sob sua responsabilidade, de acordo com o art. 9º desta Política;
- II – monitorar a implementação dos controles propostos e manter atualizada o Plano de Monitoramento;
- III – enviar bimestralmente o Plano de Monitoramento atualizado ao Comitê Setorial de Compliance e à Unidade Setorial de Controle Interno, para propiciar o monitoramento periódico.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Esta PGR será revista a cada 2 anos ou sempre que necessário, a partir de proposta do Comitê Setorial de Compliance, no intuito de mantê-la atualizada diante de mudanças no ambiente interno ou externo.

Art. 16. Fica o Comitê Setorial de Compliance autorizado a deliberar sobre os atos necessários à regulamentação desta Política e decidir sobre os casos omissos.

Art. 17. Fica autorizada a existência de outras políticas de gestão de riscos relacionadas a temas específicos, desde que não conflitem com as diretrizes gerais dispostas nesta política.